**Instrumento Particular de Escritura da 6ª (SEXTA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Cielo S.A.**

entre

**Cielo S.A.**

*como Emissora*

e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

1 de setembro de 2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Instrumento Particular de Escritura da 6ª (SEXTA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Cielo S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**Cielo S.A.**, sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingu, nº 512, 21º ao 31º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-030, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 01.027.058/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”);

e, de outro lado,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Sala 132, Parte, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures (conforme definidas abaixo) objeto da presente Escritura de Emissão (conforme definida abaixo) (“Agente Fiduciário”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Cielo S.A.*” (“Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. AUTORIZAÇÃO

**1.1** Esta Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 31 de agosto de 2022 (“RCA”), em conformidade com os termos de seu estatuto social, na qual foi aprovada a Emissão (conforme definida abaixo) e a realização da oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta Restrita”).

1. REQUISITOS
   1. A 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Emissão”), será realizada com observância dos requisitos abaixo indicados.
   2. **Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e Publicação dos Atos Societários**
      1. Nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da RCA será arquivada na JUCESP e publicada no jornal “*Valor Econômico*”.
      2. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original devidamente registrada ou 1 (uma) cópia do arquivo eletrônico (.pdf) contendo a chancela do registro, conforme aplicável, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definidos abaixo) contados da data do efetivo arquivamento mencionado na Cláusula 2.2.1 acima.
   3. **Arquivamento da Escritura de Emissão na JUCESP**
      1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro de inscrição na JUCESP, em até 5 (cinco) dias contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o artigo 62, inciso II, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.
      2. Após a realização da efetiva inscrição mencionada na Cláusula 2.3.1 acima, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original devidamente registrada ou 1 (uma) cópia do arquivo eletrônico (.pdf) contendo a chancela do registro, conforme aplicável, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da efetiva inscrição.
   4. **Dispensa de Registro na CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**
      1. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e do artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, por se tratar de uma oferta pública de Debêntures com esforços restritos de distribuição, não sendo objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta Restrita e a comunicação de seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM 476.
      2. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e sem a utilização de prospecto, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 16, inciso I, e do artigo 18, inciso V, do “*Código ANBIMA para Ofertas Públicas*” em vigor desde 6 de maio de 2021 (“Código ANBIMA”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM.
   5. **Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**
      1. As Debêntures serão depositadas para:
         1. distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e
         2. negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
      2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 (“Investidores Profissionais” e “Resolução CVM 30”, respectivamente), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, incluindo, mas não se limitando, ao disposto em seu parágrafo 1º, uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, exceção feita às Debêntures subscritas pelos Coordenadores (conforme definidos abaixo) em decorrência do exercício de garantia firme de colocação, observando-se ainda os incisos I e II do referido artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
2. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO
   1. **Objeto Social da Emissora**
      1. A Emissora tem por objeto social: (a) a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras; (b) o aluguel, a venda, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza que possam transitar em rede eletrônica; (c) a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para automação comercial; (d) a administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas informáticos; (e) a representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento; (f) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior; (g) a prestação de serviços de distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência privada; (h) a prestação de serviços de análise e informações para apoio a negócios; (i) a prestação de serviços de cobranças; (j) a intermediação de negócios em geral; (k) o comércio varejista especializado de equipamentos de pontos de venda e terminais multifunção para leitura de cartões de crédito, débito e similares utilizados para a captura e processamento de dados relativos às transações realizadas nos pontos de venda; (l) a atuação como instituição de pagamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e de iniciadora de transação de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos a tais atividades; e (m) o desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Emissora.
   2. **Número da Emissão**
      1. Esta é a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.
   3. **Número de Séries**
      1. A Emissão será realizada em série única.
   4. **Montante da Emissão**
      1. O montante total da Emissão será de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), na Data de Emissão.
   5. **Destinação dos Recursos**
      1. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão utilizados para o capital de giro da Emissora, no curso ordinário de seus negócios (“Destinação de Recursos”).
   6. **Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures**
      1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição responsáveis pela distribuição das Debêntures (“Coordenadores”, sendo a instituição intermediária líder doravante denominada “Coordenador Líder”), nos termos do “*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 6ª (Sexta) Emissão da Cielo S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).
      2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.
      3. Os Investidores Profissionais assinarão a declaração atestando, dentre outros assuntos: (a) que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora; (b) sua condição de Investidor Profissional, de acordo com o Anexo A da Resolução CVM 30; (c) que as informações recebidas são suficientes para a sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; e (d) estar cientes, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e será registrada na ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.4 desta Escritura de Emissão; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os termos e condições desta Escritura de Emissão.
      4. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
   7. **Prazo de Subscrição**
      1. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima e as disposições do Contrato de Distribuição, as Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto nos artigos 7º-A e 8º, § 2º, da Instrução CVM 476.
   8. **Direito de Preferência**
      1. Não haverá direito de preferência na subscrição das Debêntures.
   9. **Banco Liquidante e Escriturador**
      1. O banco liquidante da Emissão e escriturador das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com endereço na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e “Escriturador”).
      2. O Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, entre outras questões listadas em normas operacionais da B3, conforme o caso.
3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES
   1. **Data de Emissão**
      1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de setembro de 2022 (“Data de Emissão”).
   2. **Data de Início da Rentabilidade**
      1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira Data de Integralização (conforme definida na Cláusula 4.9.1 abaixo) (“Data de Início da Rentabilidade”).
   3. **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**
      1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do titular das Debêntures (“Debenturista”), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.
   4. **Conversibilidade**
      1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
   5. **Espécie**
      1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, sem qualquer garantia ou preferência, não contando com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos Debenturistas.
   6. **Prazo e Data de Vencimento**
      1. Ressalvadas as hipóteses da Oferta de Resgate Antecipado (conforme definida abaixo) e/ou dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definidos abaixo), as Debêntures terão prazo de vencimento de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de setembro de 2025 (“Data de Vencimento”).
   7. **Valor Nominal Unitário**
      1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).
   8. **Quantidade de Debêntures**
      1. Serão emitidas 3.000.000 (três milhões) Debêntures.
   9. **Preço de Subscrição e Forma de Integralização**
      1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização (“Preço de Subscrição”).
      2. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores em conjunto com a Emissora, nos termos do Contrato de Distribuição, desde que seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures em cada Data de Integralização.
   10. **Atualização Monetária**
       1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.
   11. **Remuneração**
       1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração” ou “Juros Remuneratórios”, respectivamente).
       2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente, ressalvadas as hipóteses de pagamento decorrentes da Oferta de Resgate Antecipado e/ou dos Eventos de Vencimento Antecipado, o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = VNe x (Fator Juros – 1)

onde:

J = valor unitário da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

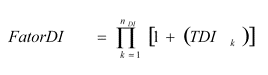
VNe = Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator Juros = (Fator DI x Fator *Spread*)

onde:

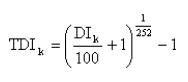
Fator DI = produtório das Taxas DI-*Over*, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

nDI = número total de Taxas DI-*Over*, consideradas na atualização do ativo, sendo “nDI” um número inteiro;

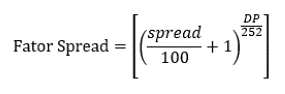
TDIk = Taxa DI-*Over*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

DIk = Taxa DI-*Over*, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

Fator *Spread* = sobretaxa de juros fixa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

*spread* = 1,2000;

DP = número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário e assim por diante, até o último considerado.

Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fato resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator *Spread*) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

* + 1. Observado o disposto na Cláusula 4.11.4 abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.
    2. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo da Remuneração, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar AGD, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme definido na Cláusula 9 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro da Remuneração, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não seja atingido o quórum de deliberação ou de deliberação em segunda convocação, ou caso não haja acordo sobre o novo parâmetro da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, pelos Debenturistas titulares de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva AGD ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo na referida AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade. As Debêntures adquiridas nos termos desta Cláusula serão canceladas pela Emissora. Neste caso, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que há ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Cláusula e seguintes desta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração.
    3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD será automaticamente cancelada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.
    4. Para fins desta Escritura de Emissão, “Período de Capitalização” significa, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade (inclusive), e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (exclusive) e, para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
  1. **Pagamento da Remuneração**
     1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado e/ou dos Eventos de Vencimento Antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Início da Rentabilidade,sendo o primeiro pagamento devido em 20 de março de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 20 dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento, conforme o cronograma abaixo (cada uma, “Data de Pagamento da Remuneração”):

| **Nº da Parcela** | **Data de Pagamento da Remuneração** |
| --- | --- |
| 1ª | 20 de março de 2023 |
| 2ª | 20 de setembro de 2023 |
| 3ª | 20 de março de 2024 |
| 4ª | 20 de setembro de 2024 |
| 5ª | 20 de março de 2025 |
| 6ª | Data de Vencimento |

* 1. **Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário**
     1. Sem prejuízo da liquidação antecipada decorrente da Oferta de Resgate Antecipado e/ou dos Eventos de Vencimento Antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento (“Data de Amortização”).
  2. **Local de Pagamento**
     1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
  3. **Prorrogação dos Prazos**
     1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1° (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.
     2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por “Dia(s) Útil(eis)”: (a) com relação a qualquer obrigação pecuniária, e para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (b) com relação a qualquer obrigação que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
  4. **Encargos Moratórios**
     1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, incidirão sobre todos e quaisquer valores vencidos e não pagos pela Emissora, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (b) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor das parcelas em atraso (“Encargos Moratórios”).
  5. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**
     1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.19 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no efetivo recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.
  6. **Repactuação**
     1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
  7. **Publicidade**
     1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente divulgados sob a forma de “*Aviso aos Debenturistas*” no jornal “*Valor Econômico*”, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.cielo.com.br>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer divulgação na data da sua realização. Caso a Emissora altere, a seu critério, seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá: (a) enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal de publicação; e (b) publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas, informando o novo jornal de publicação.
  8. **Imunidade de Debenturistas**
     1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.
     2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.20.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante ou pela Emissora.

* 1. **Classificação de Risco**
     1. Foi contratada como agência de classificação de risco das Debêntures a Fitch Ratings (“Agência de Classificação de Risco”). Durante o prazo de vigência das Debêntures, a Emissora deverá manter contratada a Agência de Classificação de Risco para a atualização anual da classificação de risco (*rating*) das Debêntures, nos termos da regulamentação vigente, contada da data do primeiro relatório e até a Data de Vencimento ou até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, o que ocorrer primeiro.
     2. Caso a Emissora deseje alterar, a qualquer tempo, a Agência de Classificação de Risco, ou a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora poderá substituir a Agência de Classificação de Risco, sem a necessidade de aprovação dos Debenturistas, desde que a agência de classificação de risco substituta seja a Standard & Poor’s ou a Moody’s América Latina, conforme o caso.
     3. Para a substituição da Agência de Classificação de Risco por qualquer outra agência de classificação de risco que não aquelas mencionadas na Cláusula 4.21.2 acima, haverá necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas que sejam titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação. Em qualquer caso, a nova agência passará a integrar a definição de “Agência de Classificação de Risco”, para todos os fins e efeitos desta Escritura de Emissão.
     4. Não obstante o disposto acima, o primeiro relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures deverá ser emitido, pela Agência de Classificação de Risco em data anterior à primeira Data de Integralização.
     5. Durante o prazo de vigência das Debêntures, a Emissora deverá (i) atualizar anualmente e manter contratada a Agência de Classificação de Risco para a atualização anual da classificação de risco (*rating*) das Debêntures, contada da data do primeiro relatório até a Data de Vencimento ou até a Oferta de Resgate Antecipado, o que ocorrer primeiro, sendo que, em caso de substituição da Agência de Classificação de Risco, a Emissora deverá observar o procedimento previsto na Cláusula 4.21.2 acima; (ii) divulgar anualmente e permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios de tal classificação de risco (*rating*); e (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco (*rating*) preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora.

1. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA
   1. **Oferta de Resgate Antecipado**
      1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures (“Oferta de Resgate Antecipado”), endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures de sua titularidade. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os termos e condições previstos a seguir.
      2. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizada pela Emissora por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima, em ambos os casos com cópia para a B3 (“Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado”) com no mínimo 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que a Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado deverá constar: (a) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que deverá ser um Dia Útil; (b) o valor do prêmio de resgate, caso existente, que não poderá ser negativo; (c) a forma de manifestação, à Emissora, dos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado, com cópia para o Agente Fiduciário; e (d) as demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.
      3. Após a publicação ou envio dos termos da Oferta de Resgate Antecipado por meio da Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida Oferta de Resgate Antecipado terão que se manifestar à Emissora com cópia para o Agente Fiduciário, de forma escrita, e formalizar sua adesão no sistema da B3, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de publicação ou envio da Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, caso seja verificada a adesão de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures, todas as Debêntures serão resgatadas em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado. A B3 deverá ser notificada pela Emissora sobre a realização de resgate antecipado total proveniente da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da efetiva data de sua realização, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário.
      4. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por Debenturistas que sejam titulares de um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido pela Emissora quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado na Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado.
      5. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado.
      6. O resgate antecipado total proveniente da Oferta de Resgate Antecipado para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação adotados pela B3. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado por meio do Escriturador.
      7. Não será admitida a oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures, bem como as Debêntures não serão objeto de amortização extraordinária facultativa ou total.
      8. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.
   2. **Aquisição Facultativa**
      1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios aplicáveis às demais Debêntures.
2. VENCIMENTO ANTECIPADO
   1. **Vencimento Antecipado Automático**
      1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observados os prazos de cura estabelecidos individualmente nos subitens abaixo, quando for o caso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o pagamento imediato do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, conforme o disposto nesta Escritura de Emissão, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado Automático”):
         1. mudança ou transferência, a qualquer título, do Controle (conforme definido abaixo) societário da Emissora, das Afiliadas (conforme definidas abaixo) e/ou quaisquer de suas controladas relevantes, assim entendidas quaisquer controladas da Emissora que, no momento da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado: (1) tenha ativos que, baseado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado, constituíam um mínimo de 10% (dez por cento) dos ativos totais da Emissora; ou (2) tenha receitas no período de 12 (doze) meses, baseado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado, constituíam um mínimo de 10% (dez por cento) do total de receitas consolidadas da Emissora (A) mensurada de acordo com as demonstrações financeiras arquivadas na CVM e (B) *pro forma* frente a qualquer aquisição ou alienação da Emissora e das demais controladas (“Controladas Relevantes”), exceto no caso de aprovação prévia de 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures em Circulação reunidos em AGD;
         2. (a) liquidação, dissolução, extinção, intervenção, regime de administração especial temporária ou insolvência da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes; (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes formulado por terceiros não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido pelo juízo competente, em qualquer dos casos no prazo legal aplicável; (d) decretação de falência da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes;
         3. propositura, pela Emissora e/ou por suas Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, em juízo, pela Emissora e/ou por suas Controladas Relevantes, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou sua concessão pelo juiz competente;
         4. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
         5. redução de capital social da Emissora, sem anuência prévia dos Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação, conforme previsto no artigo 174, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
         6. pagamento de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação, rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora, a seus acionistas, a qualquer título, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Emissora;
         7. vencimento antecipado de qualquer dívida, passivo e/ou outra obrigação financeira da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, em valor individual ou agregado superior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido da Emissora, a ser apurado de acordo com as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado;
         8. se a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos adquiridos e obrigações assumidas nos documentos relativos às Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
         9. cisão (incluindo *drop down* de ativos), fusão ou incorporação, incluindo a incorporação de ações, ou ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, que envolvam a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes, exceto se (a) previamente aprovado por Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em AGD; ou (b) decorra de (1) fusão ou reestruturação da Emissora ou de Controlada Relevante em decorrência de determinação legal, de ato de autoridade governamental ou nos termos de um contrato com o mesmo efeito ou (2) reestruturação na qual qualquer dos ativos da Emissora ou das Controladas Relevantes sejam transferidos para a Emissora ou para outra Controlada Relevante, conforme o caso, desde que limitados, de forma individual ou agregada, a 15% (quinze por cento) dos ativos totais, baseado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado;
         10. transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
         11. concessão de mútuo(s) pela Emissora ou por suas Controladas Relevantes a terceiros, desde que esses terceiros não integrem o grupo econômico da Emissora;
         12. provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações e garantias prestadas de má-fé pela Emissora no âmbito da Emissão;
         13. na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Emissão tornarem-se comprovadamente inexequíveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável; e
         14. celebração pela Emissora de quaisquer transações de venda, transferência ou qualquer operação de arrendamento referente a qualquer bem ou ativo, que tenha sido ou venha a ser alienado ou transferido pela Emissora a terceiros, observado o inciso “ix” da Cláusula 6.2.1 abaixo, exceto se os recursos oriundos da alienação ou transferência dos bens ou ativos envolvidos na operação de arrendamento sejam pelo menos equivalentes ao valor econômico de tais bens ou ativos e a Emissora aplique os recursos oriundos dessas operações, em até 180 (cento e oitenta) dias, na aquisição, construção, desenvolvimento, expansão ou melhoria de qualquer outro bem ou ativo.
      2. Para fins desta Escritura de Emissão:
         1. “Afiliadas” significa qualquer pessoa que controle, seja controlada, seja coligada ou esteja sob controle comum da Emissora;
         2. “Controle” significa, quando utilizado em relação a uma Pessoa específica, poder de gerência e direção das políticas de tal Pessoa, direta ou indiretamente, seja por meio da detenção de valores mobiliários com direito a voto, por força de contrato ou de outra forma, nos termos dos artigos 116 e 243, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. O termo “Controlada” terá significado correlato ao definido acima;
         3. “Pessoa” significa qualquer pessoa física ou jurídica, sociedade, associação, *joint venture*, sociedades anônimas, fundos de investimento, organizações ou entidades sem personalidade jurídica.
   2. **Vencimento Antecipado Não Automático**
      1. Na ocorrência de quaisquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD e comunicar a Emissora, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para que, reunidos em AGD, possam deliberar a respeito de eventual não declaração do vencimento antecipado das obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, caso declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão (“Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos” e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, os “Eventos de Vencimento Antecipado”):
         1. protesto(s) de título(s) contra a Emissora ou suas Controladas Relevantes (essas últimas consideradas em conjunto) em valor individual ou agregado superior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido da Emissora, a ser apurado de acordo com as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado, salvo se for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, em até 20 (vinte) dias ou nos respectivos prazos legais, o que for menor;
         2. inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão ou relacionadas às Debêntures, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis da data em que a obrigação era devida, exceto se o prazo de cura específico estiver previsto nesta Escritura de Emissão;
         3. revelarem-se incorretas ou inverídicas em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, sendo nos casos de declarações e garantias incorretas e/ou inverídicas, na medida em que sejam sanáveis, não sanadas no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da ciência da Emissora;
         4. descumprimento de decisão judicial ou arbitral de exigibilidade imediata, cujos efeitos não tenham sido suspensos, mesmo que por meio de medida cautelar, em até 10 (dez) Dias Úteis da respectiva decisão e/ou sentença de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor total, individual ou agregado, ultrapasse 3% (três por cento) do patrimônio líquido da Emissora, a ser apurado de acordo com as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado;
         5. decisão administrativa contra a Emissora, não passível de recurso, de natureza condenatória, com valor total, individual ou agregado, superior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido da Emissora, a ser apurado de acordo com as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado, não quitada na forma da referida decisão e/ou cuja exigibilidade não seja suspensa em até 10 (dez) dias após a data da referida decisão;
         6. desapropriação, confisco, arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental ou judiciária que resulte na perda da propriedade ou posse direta dos ativos da Emissora ou de suas Controladas Relevantes ou na incapacidade da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Relevantes de gerir seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco, arresto, sequestro, penhora ou outra medida afete substancialmente, em aspecto relevante, de forma negativa e adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à Emissão e às Debêntures;
         7. mudança ou alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, que modifique a Atividade Principal por ela praticada de forma relevante, e/ou que agregue a essas atividades, novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar desvios significativos e relevantes em relação à sua Atividade Principal. Para fins desta Escritura de Emissão, “Atividade Principal” significa a prestação de serviços de (i) credenciamento de estabelecimentos comerciais; e (ii) captura, transmissão, processamento e liquidação de transações realizadas por meio de cartões de crédito e de débito, ora definida na Clausula 3.1.1;
         8. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das concessões, autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou suas Controladas Relevantes, incluindo, mas não se limitando, os contratos de licenciamento de uso de marca e de licenças de operação com as principais bandeiras instituidoras de arranjos de pagamento, os quais autorizam a Emissora a operar os serviços de adquirência, desde que tais situações impossibilitem substancialmente de forma negativa e adversa o desenvolvimento da atividade principal da Emissora;
         9. alienação, prestação de garantia ou constituição de qualquer ônus, gravame, penhor, hipoteca ou restrições similares (“Restrições”) sobre qualquer parte dos bens, ativos, receitas, direitos a receber, rendimentos e outros bens da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, presentes ou futuros, para garantir qualquer Dívida, exceto se tais Restrições garantirem obrigações em um valor que, de forma individual ou agregada, não exceda 15% (quinze por cento) do total de ativos da Emissora baseado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou não comprometa o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
         10. violação comprovada de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o sistema financeiro nacional, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 1.129, de 11 de julho de 2022, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006, que promulgou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003, *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, e a *U.K. Bribery Act*, conforme aplicável, as portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União nos termos das leis e decretos acima mencionados, bem como todas as leis, decretos, regulamentos e demais atos normativos expedidos por autoridade governamental com jurisdição sobre a Emissora, relacionados a esta matéria (“Leis Anticorrupção”), pela Emissora, por suas Afiliadas, e também por seus respectivos administradores, acionistas ou sócios com poderes de administração, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados agindo em nome ou em favor da Emissora (“Representantes”), bem como não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
         11. existência de investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial relacionados a práticas contrárias às Leis Anticorrupção;
         12. descumprimento comprovado, pela Emissora, por suas respectivas Afiliadas e Representantes da legislação e regulamentação trabalhista, social, previdenciária, ambiental, inclusive aquela pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis e as demais legislações supletivas de cunho trabalhista (em conjunto com as leis que versam sobre qualquer tipo de discriminação, trabalho infantil, trabalho escravo ou análogo, incentivo à prostituição e direitos da população indígena), bem como às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social (a “Legislação Socioambiental”), não adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social, além de: (a) existência de inquérito, investigação ou processo na esfera judicial ou administrativa por: (i) questões trabalhistas envolvendo trabalho em condição análoga à de escravo e/ou trabalho infantil e/ou incentivo à prostituição e/ou violação dos direitos dos silvícolas, (ii) atos que importem no incentivo à prostituição ou (iii) crime contra o meio ambiente; e (b) não ter suas atividades e propriedades em conformidade com a Legislação Socioambiental; e
         13. inadimplemento de qualquer dívida financeira da Emissora ou qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor individual ou agregado, igual ou superior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido da Emissora, a ser apurado de acordo com as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao último trimestre encerrado, respeitado seu respectivo prazo de cura, se houver.
      2. Observado o disposto na Cláusula 6.2 acima, para a AGD mencionada na Cláusula 6.2.1 acima será necessário o quórum de Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso referida AGD não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocações, ou o quórum acima referido para a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures não seja atingido, será imediatamente declarado o vencimento antecipado das Debêntures, sendo devido o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos, caso aplicável, até a data do efetivo pagamento, nos termos abaixo.
      3. A ocorrência de qualquer dos eventos descritos nas Cláusulas 6.1 e 6.2 acima deverá ser comunicada pela Emissora ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis. O descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista nesta Cláusula não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o direito de declarar vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Cláusula.
      4. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será considerado automaticamente pelo Agente Fiduciário assim que tomar ciência da ocorrência do evento ou dos períodos de cura para as hipóteses em que estes se aplicam (“Eventos de Vencimento Antecipado Automático”); e (ii) ocorrendo os eventos previstos na Cláusula 6.2 acima, será a data em que se realizar, ou em que deveria se realizar, na hipótese de não ser instalada, por falta de quórum, em primeira e segunda convocações, a AGD de que trata a Cláusula 6.2.1 (“Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático”), exceto se tal AGD deliberar pelo não vencimento antecipado das Debêntures.
      5. Uma vez ocorrido o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos acima, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures, enviará imediatamente notificação protocolada ou com aviso de recebimento à Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador e a B3, informando tal evento na mesma data da declaração do vencimento antecipado. A Emissora deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, efetuar o pagamento, fora do âmbito da B3, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, acrescido de multa e demais Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.
      6. Caso a Emissora não efetue o pagamento dos valores mencionados na Cláusula acima, nos termos da Notificação de Vencimento Antecipado, ficará obrigada ao pagamento dos Encargos Moratórios.
3. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA
   1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Emissora adicionalmente se obriga a:
4. fornecer ao Agente Fiduciário:
5. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de um dos auditores independentes registrados na CVM. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente assegurados conforme as suas práticas correntes;
6. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre do exercício social ou, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após a divulgação ao mercado, o que ocorrer primeiro, exceto pelo último trimestre social, cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de um dos auditores independentes registrados na CVM;
7. dentro de 10 (dez) Dias Úteis, e desde que não haja outro prazo menor decorrente de exigência legal, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e desde que não contrarie a regulamentação expedida pela CVM e aplicável a companhias abertas, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Resolução da CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021 (“Resolução CVM 17”), ou em prazo inferior, caso assim determinado por autoridade competente;
8. cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
9. na mesma data da divulgação, as informações vinculadas na forma prevista na Cláusula 4.19 acima;
10. avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Resolução CVM 80 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados e desde que não contrarie a regulamentação expedida pela CVM e aplicável a companhias abertas;
11. desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, inclusive das hipóteses previstas na Cláusula 6 acima, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data da ciência, sem prejuízo do disposto do inciso “vi” abaixo;
12. em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante. Para fins desta Escritura de Emissão, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer evento ou situação que cause (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza) dos negócios, reputação e operações da Emissora; e/ou (b) qualquer efeito adverso relevante na capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou nos documentos da Oferta Restrita;
13. todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
14. 1 (uma) via original dos atos e reuniões dos Debenturistas devidamente arquivados na JUCESP contendo a lista de presença dos Debenturistas;
15. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por qualquer dos auditores independentes;
16. manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
17. manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
18. convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
19. cumprir todas as determinações emanadas da CVM e/ou da B3 inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
20. cumprir todas as leis e regras locais aplicáveis à Emissora que sejam essenciais a continuidade das atividades da Emissora, especialmente as trabalhistas e ambientais;
21. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
22. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
23. notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis, desde que observada a regulamentação aplicável da CVM, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora; ou, ainda (c) possa causar interrupção ou suspensão das atividade da Emissora ou de suas Controladas Relevantes;
24. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme suas práticas correntes;
25. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta Restrita, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
26. cumprir, e fazer com que suas Controladas Relevantes cumpram, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, cujo descumprimento possa afetar de modo relevante e negativo as atividades da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes;
27. cumprir, no que for aplicável, rigorosamente a Legislação Socioambiental, em especial com relação aos seus projetos e atividades de qualquer forma beneficiados pela Emissão, adotando as mesmas medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
28. manter, e garantir que suas Controladas Relevantes mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor e/ou assegurar a renovação tempestiva de, conforme aplicável, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, fundamentais ao exercício de suas atividades;
29. realizar a manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão a ela ou a qualquer Controlada Relevante, direta ou indireta, condição fundamental da continuidade do funcionamento;
30. na forma, prazos e condições previstos na legislação em vigor, apresentar ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
31. manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário, a Agência de Classificação de Risco e o sistema de negociação no mercado secundário no CETIP21;
32. efetuar, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da solicitação por escrito do reembolso de despesas, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
33. efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
34. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
35. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 48, inciso II, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”);
36. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão, bem como disponibilizá-la aos Coordenadores em um prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
37. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, pelo Coordenador Líder de (a) divulgar ao público informações referentes à Emissão e/ou à Oferta Restrita, exceto em relação às informações divulgadas ao mercado no curso normal das atividades da Emissora, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 48 da Instrução CVM 400; (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e (c) negociar debêntures de sua emissão, salvo nos termos previstos no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
38. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
39. notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis caso qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta;
40. enviar os atos societários, os dados financeiros da Emissora e o organograma do grupo societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso “xv” da Cláusula 8.8 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso “xvi” da Cláusula 8.8 abaixo;
41. cumprir e fazer com que as suas Controladas cumpram, bem como envidar os melhores esforços para que as suas Afiliadas cumpram, durante o prazo das Debêntures, as obrigações relevantes oriundas da Legislação Socioambiental relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, de forma a (i) abster-se de adotar práticas de trabalho análogo ao escravo (inclusive aquelas que acarretem a inscrição da Emissora no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016, ou outra que a substitua, do então Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, ou outro cadastro oficial que venha a substituí-lo) e trabalho ilegal de crianças e adolescentes e/ou que incentivem a prostituição no desempenho de suas atividades e/ou que violem os direitos da população indígena; (ii) empregar trabalhadores devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumprir com as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; e (iv) cumprir com a legislação aplicável à saúde e segurança do trabalho;
42. observar, cumprir e fazer cumprir, por si, por suas Controladas e por seus Representantes, bem como envidar os melhores esforços para que as suas Afiliadas cumpram, as Leis Anticorrupção, devendo (a) adotar e manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, assim como das melhores práticas mundiais relativas ao tema; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os/as seus/suas controladas, coligadas e seus administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita e da Emissão; (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira em violação as Leis Anticorrupção; e (d) notificar os o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência, de que a Emissora ou qualquer de suas Controladas Relevantes e seus Representantes encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento e/ou processo judicial ou administrativo, conduzidos por autoridade administrativa ou judicial nacional ou estrangeira, relativos à prática de atos lesivos às Leis Anticorrupção;
43. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita não sejam empregados pela Emissora, seus diretores e membros do Conselho de Administração, no estrito exercício das respectivas funções de administradores da Emissora em: (a) qualquer ato tipificado como uma infração às Leis Anticorrupção; (b) quaisquer atos que violem a Legislação Socioambiental para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa à atividade política, para o pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) em ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) em quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; e (e) quaisquer atos que violem a Legislação Socioambiental;
44. não realizar e nem autorizar seus Representantes a realizar, em benefício próprio ou para a Emissão: (a) o uso de recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, ou quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; e/ou (c) qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal;
45. envidar os melhores esforços, por meio das políticas internas da Emissora, para que seus fornecedores e prestadores de serviços sigam as legislações vigentes e adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente, à segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante ao cumprimento da Legislação Socioambiental, incluindo a não utilização de trabalho infantil, análogo ao escravo, incentivo à prostituição e violação dos direitos aos silvícolas, bem como mediante condição contratual específica;
46. cumprir as obrigações relativas à destinação dos recursos oriundos da Emissão e à comprovação de referida destinação, na forma da Cláusula 3.5 acima; e
47. cumprir as disposições do artigo 17 da Instrução CVM 476, conforme segue:
    * + - 1. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
          2. submeter suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a cada exercício social a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
          3. divulgar em sua página na rede mundial de computadores e em sistema disponibilizado pela B3, até o dia anterior ao início das negociações, suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados;
          4. divulgar as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício;
          5. manter os documentos mencionados na alínea “c” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
          6. observar as disposições da Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2022 ("Resolução CVM 44"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
          7. divulgar a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Resolução CVM 44, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário;
          8. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela B3;
          9. divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado ainda a alínea “d” acima; e
          10. divulgar as informações referidas nas alíneas “c”, “d”, e “f” acima (i) em sua página na internet, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (ii) no sistema disponibilizado pela B3, conforme aplicável.
    1. As despesas a que se refere o inciso “xix” da Cláusula 7.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:
48. publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
49. fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
50. custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão;
51. extração de certidões;
52. despesas de viagem, transportes, hospedagem, alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
53. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.2.1 Todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário deverão ser devidamente comprovadas com a apresentação de cópia dos recibos e/ou notas fiscais.

7.2.2 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma do inciso “xix” da Cláusula 7.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

* 1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

1. AGENTE FIDUCIÁRIO
   1. A Emissora constitui e nomeia como agente fiduciário da Emissão a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.
   2. Nas hipóteses de impedimento, renúncia, intervenção e/ou liquidação extrajudicial do Agente Fiduciário, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão.
   3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas mediante convocação de AGD solicitando sua substituição.
   4. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.
   5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data do arquivamento mencionado na Cláusula 8.4 acima.
   6. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão.
   7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
   8. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, em especial a Resolução CVM 17 e/ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
      * 1. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
        2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
        3. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da AGD para deliberação sobre sua substituição;
        4. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
        5. diligenciar junto à Emissora para que esta Escritura de Emissão e seus respectivos aditamentos sejam registrados na JUCESP, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
        6. acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora, alertando os Debenturistas, no relatório anual de que trata o inciso “xv” abaixo, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
        7. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures, se for o caso;
        8. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 15 (quinze) dias corridos da data de solicitação;
        9. solicitar, quando considerar necessário, desde que justificadamente, às expensas da Emissora, auditoria externa na Emissora;
        10. convocar, quando necessário, a AGD, nos termos da Cláusula 9 abaixo;
        11. comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
        12. manter atualizada a relação de Debenturistas e de seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a B3 a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
        13. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
        14. divulgar em sua página na rede mundial de computadores comunicação sobre o inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as cláusulas destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
        15. elaborar relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 15 da Resolução CVM 17, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
            1. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
            2. alterações estatutárias ocorridas no período com efeitos relevantes para os Debenturistas;
            3. comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social da Emissora relacionados a cláusulas desta Escritura de Emissão destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
            4. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;
            5. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
            6. destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme informações prestadas pela Emissora;
            7. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
            8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
            9. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que o impeça a continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão; e
            10. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado no período como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

denominação da companhia ofertante;

valor da emissão;

quantidade de valores mobiliários emitidos;

espécie e garantias envolvidas;

prazo de vencimento e taxa de juros dos valores mobiliários; e

inadimplemento no período.

* + - 1. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores ([www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)) o relatório a que se refere o inciso “xv” acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora; e
      2. disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou página na rede mundial de computadores ([www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)), o valor do saldo devedor das Debêntures, a ser calculado pela Emissora.
  1. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou na presente Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses da comunhão dos Debenturistas, na forma do artigo 12 da Resolução CVM 17.
  2. A título de remuneração pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário serão devidas parcelas anuais de R$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias da data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas serão devidas na mesma data dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento, observado o disposto na Cláusula 8.12 abaixo.
  3. A primeira parcela de honorários mencionada na Cláusula 8.10 acima será devida ainda que a operação não seja integralizada, a título de estruturação e implantação.
  4. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada, proporcionalmente ao período adicional de atuação do Agente Fiduciário, *pro rata die*.
  5. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Data de Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Data de Emissão, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como a (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução de eventuais garantias; (iii) participação em reuniões presenciais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, conforme o caso; (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
  6. No caso de celebração de aditamentos à presente Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, será cobrado, adicionalmente, o valor R$ 600,00 (seiscentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.
  7. Os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Resolução CVM 17 e da Lei das Sociedades por Ações.
  8. Os impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos às parcelas mencionadas acima nas respectivas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pelo IPCA, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão
  9. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, em conformidade ao Ofício-Circular CVM/SRE 01/21, tais como auditoria nas garantias caso concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo.
  10. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.
  11. No caso de alteração nas características da Emissão ou em eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, fica facultada ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.
  12. O Agente Fiduciário não fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM 17 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.
  13. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
  14. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:
      + 1. é instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
        2. está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
        3. não se encontra em nenhuma das situações de impedimento legal ou conflito de interesse previstas no artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e/ou no artigo 6º da Resolução CVM 17, para exercer a função que lhe é conferida;
        4. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
        5. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
        6. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
        7. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
        8. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
        9. está ciente da regulamentação aplicável emanada pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional e pela CVM, incluindo as disposições da Circular BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
        10. verificou a consistência das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
        11. a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
        12. que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos I e III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”);
        13. que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
        14. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviço de agente fiduciário em outras emissões da Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

1. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
   1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“AGD”).
   2. Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.
   3. A AGD pode ser convocada: (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (d) pela CVM.
   4. A convocação da AGD dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de AGD constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
   5. A AGD deverá ser realizada no prazo de 21 (vinte e um) dias, contados da primeira publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da AGD em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias, contados da primeira publicação do edital de segunda convocação.
   6. Nos termos do artigo 71, § 3°, da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
   7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
   8. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos demais detentores de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.
   9. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocações, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturista ou não.
   10. Observado o disposto nas Cláusulas 9.1 e 9.2 desta Escritura de Emissão, não estão incluídos no quórum de deliberação a que se refere a Cláusula 9.9 acima:
       * 1. os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
         2. qualquer alteração: (a) no prazo de vigência das Debêntures; (b) no quórum de deliberação das AGDs; (c) na Data de Amortização e nas Datas de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) no parâmetro do cálculo e taxa dos Juros Remuneratórios; ou (e) nas hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado (seja alteração nas hipóteses, exclusão ou inclusão), a(s) qual(is) deverá(ão) ser aprovada(s) por Debenturistas representando, em conjunto, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
   11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em AGDs devidamente instaladas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido, ou não, à assembleia ou do voto proferido nas respectivas AGDs.
   12. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em AGDs a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.
   13. Para efeito de fixação de quórum disposto nesta Escritura de Emissão, define-se como “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.
   14. Será obrigatória a presença de representante(s) legal(is) da Emissora nas AGDs convocadas pela Emissora. Nas AGDs convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença de representante(s) legal(is) da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.
2. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA
   1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que, nesta data:
      * 1. a Emissora é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis;
        2. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
        3. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
        4. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material (i) o estatuto social da Emissora; (ii) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora ou suas Controladas Relevantes sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de suas Controladas Relevantes; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora, suas Controladas Relevantes ou quaisquer de seus respectivos bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, as Controladas Relevantes ou quaisquer de seus respectivos bens e propriedades;
        5. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório ou terceiro (incluindo, mas sem limitação no que diz respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios), é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos das Debêntures, ou para a realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais necessários;
        6. tem todas as autorizações e licenças, concessões, autorizações e alvarás relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
        7. está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam essenciais a continuidade das atividades da Emissora, exceto (a) por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e para os quais a exigibilidade de cumprimento esteja suspensa, ou (b) por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante no exercício de suas atividades de forma regular;
        8. as demonstrações financeiras, datadas de 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, representam corretamente as posições patrimonial e financeiras da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os seus ativos, passivos e contingências, e desde tais datas não houve nenhuma alteração adversa relevante e nem aumento substancial do endividamento;
        9. as opiniões, análises e expectativas expressas no seu formulário de referência são dadas de boa-fé e consideram todas as circunstâncias materiais relevantes, são feitas com base em suposições razoáveis, são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
        10. as informações constantes do seu formulário de referência nos termos da Resolução CVM 80 e eventualmente complementadas por comunicados ao mercado, fatos relevantes e disponíveis na página da CVM na internet são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
        11. exceto por aqueles mencionados no formulário de referência, nas suas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas à CVM e ao mercado, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um Efeito Adverso Relevante;
        12. cumpre (i) com a legislação relativa a crimes ambientais, trabalho análogo à escravo, trabalho infantil ou ao incentivo à prostituição; e (ii) com as demais Legislações Socioambientais, exceto, com relação exclusivamente ao item (ii), na medida em que tal descumprimento (a) esteja sendo contestado de boa-fé pela Emissora nas esferas judiciais e/ou administrativas e, em razão de tal questionamento, tenha seus efeitos suspensos ou (b) não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante. Ademais, a Emissora declara que adota as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social, na medida do requerido pela legislação aplicável, pelas autoridades competentes, inclusive o Ministério Público no âmbito de eventual termo de ajustamento de conduta;
        13. (a) as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita incluindo, mas não se limitando, àquelas contidas nesta Escritura de Emissão, no formulário de referência, em comunicados ao mercado, fatos relevantes e no material de divulgação da Oferta Restrita (se houver), são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita, e (b) não há outras informações que não aquelas mencionadas no item (a) acima (1) cuja omissão faça com que qualquer informação do material de divulgação da Oferta Restrita (se houver), do formulário de referência, comunicados ao mercado e fatos relevantes seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente e/ou (2) que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Oferta Restrita, em prejuízo dos Debenturistas;
        14. não omitiu ou omitirá fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores que venham a subscrever ou adquirir as Debêntures;
        15. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
        16. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos na Cláusula 3.5 desta Escritura de Emissão;
        17. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos dos incisos I e III do artigo 784 Código de Processo Civil;
        18. a Emissora possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;
        19. cada uma de suas Controladas Relevantes foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as leis do Brasil, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
        20. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer evento de inadimplemento de seus termos;
        21. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
        22. mantém os seus bens e de suas Controladas Relevantes adequadamente segurados, de acordo com as práticas correntes da Emissora;
        23. cumpre e faz com que quaisquer controladas, Afiliadas e Representantes cumpram as Leis Anticorrupção, na medida em que: (a) mantém políticas e procedimentos internos que determinam integral cumprimento de tais normas; (b) disponibiliza materiais de forma a dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora; e (c) não praticam atos de corrupção e não agem de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesses ou para seu benefício, exclusivo ou não; sendo que inexiste violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, das Leis Anticorrupção, conforme aplicável, pela Emissora e por suas respectivas controladas, Afiliadas e Representantes;
        24. não é parte e não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente, inclusive relacionados à Legislação Socioambiental e às Leis Anticorrupção ou que possam resultar em um Efeito Adverso Relevante, envolvendo a Emissora e/ou suas Afiliadas e/ou seus Representantes ou que possa afetá-las perante qualquer tribunal ou órgão governamental ou árbitro;
        25. não há qualquer violação ou indício de violação, incluindo, mas não se limitando ao oferecimento de denúncia ou instauração de procedimento administrativo ou judicial, por autoridade competente, de qualquer dispositivo, lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo as Leis Anticorrupção, pela Emissora, por qualquer de suas Afiliadas, bem como os seus Representantes, bem como adota medidas para que suas coligadas, afiliadas, acionistas e eventuais subcontratados ou terceiros agindo em seu nome e benefício cumpram as Leis Anticorrupção, na medida em que mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o cumprimento das Leis Anticorrupção e os orienta sobre tais normas, previamente ao início da sua atuação, conforme aplicável;
        26. (a) cumpre de forma regular e integral a Legislação Socioambiental aplicável a sua atividade; (b) cumpre de forma regular e integral todas as normas e leis trabalhistas e relativas a saúde e segurança do trabalho; (c) não utiliza trabalho infantil ou análogo a escravo ou de incentivo à prostituição ou violam os direitos silvícolas indígenas; (d) não há, nesta data, contra si, condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a crimes socioambientais; e (e) não há, nesta data, contra si ou contra suas Afiliadas e Representantes condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a infrações ou crimes decorrentes de emprego de trabalho análogo a escravo ou infantil ou de incentivo a prostituição ou da violação dos direitos silvícolas indígenas;
        27. não é processada ou investigada por crimes socioambientais e está em cumprimento com a Legislação Socioambiental, inclusive, mas não limitado, a legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas e zela sempre para que: (a) sejam detidas todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e (b) sejam obtidos todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável, em qualquer caso; e
        28. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela B3, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.
   2. A Emissora se compromete a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações por ela prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas, incorretas ou inconsistentes.
3. COMUNICAÇÕES
   1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, bem como pelos prestadores de serviços aqui referidos, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**Cielo S.A.**Alameda Xingu, nº 512, 21º ao 31º andares, Alphaville Industrial, Barueri – SP  
CEP 06455-030 – Barueri, SP  
At.: Sr. Thiago Stanger e Sr. Renan Camarotti  
Tel.: +55 11 96331 6856 / +55 11 97081 6394   
E-mail: [tstanger@cielo.com.br](mailto:tstanger@cielo.com.br) / [renan.camarotti@cielo.com.br](mailto:renan.camarotti@cielo.com.br) / [tesourariaestrategica@cielo.com.br](mailto:tesourariaestrategica@cielo.com.br)

Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, 2º andar, Sala 201, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Lodi de Oliveira

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: [af.controles@oliveiratrust.com.br](mailto:af.controles@oliveiratrust.com.br)

Para o Banco Liquidante e Escriturador:

**Banco Bradesco S.A.**Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Bairro Vila Yara

CEP 06029-900, São Paulo – SP

At.: Debora Andrade Teixeira / Mauricio Bartalini Tempeste

Tel.: (11) 3684-9492/5164/8707/5084 / (11) 3684-9469

E-mail: dac.debentures@bradesco.com.br; dac.escrituracao@bradesco.com.br

* 1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento. As comunicações também poderão ser feitas por correio eletrônico e serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (aviso de recebimento emitido pelo correio eletrônico do destinatário).
  2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte à outra Parte, na forma e aos prestadores de serviços indicados na Cláusula 11.1 acima.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
   2. A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação do Agente Fiduciário, dos assessores legais, do Banco Liquidante e Escriturador e, ainda, registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.
   3. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.
   4. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.
   5. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
   6. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão, poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente: (a) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da JUCESP, CVM, ANBIMA ou da B3; (b) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (c) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
   7. Esta Escritura de Emissão será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
   8. Esta Escritura de Emissão poderá ser assinada por meios eletrônicos, digitais e/ou informáticos, sendo certo que as Partes reconhecem esta forma de contratação como válida e plenamente eficaz, constituindo forma legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade da declaração de vontade das Partes em celebrar eventuais aditamentos, devendo, em todo caso, atender às regras vigentes para verificação da autenticidade das assinaturas das Partes, em conformidade com o artigo 107 do Código Civil e com o §1º, do artigo 10º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
2. DO FORO
   1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão de forma eletrônica na presença de 2 (duas) testemunhas.

Barueri, 1 de setembro de 2022.

*(restante da página intencionalmente deixado em branco)*

*(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Cielo S.A., celebrada entre a Cielo S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)*

**Cielo S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome:  Cargo: | Nome:  Cargo: |

*(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Cielo S.A., celebrada entre a Cielo S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome:  Cargo: | Nome:  Cargo: |

*(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Cielo S.A., celebrada entre a Cielo S.A. e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)*

**TESTEMUNHAS**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| CPF/ME: | CPF/ME: |